



Um olhar da História da Educação para a universidade medieval: a importância social e histórica dessa instituição

A History of Education look at the medieval university: the social and historical importance of this institution

Una mirada desde la Historia de la Educación a la universidad medieval: la importancia social e histórica de esta institución

Silvana Malavasi ^[a]

Apucarana, PR, Brasil.

Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR)

Terezinha Oliveira ^[b]

Maringá, PR, Brasil.

Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Viviane da Silva Batista ^[c]

Paranavaí, PR, Brasil.

Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR)

Como citar: MALAVASI, S.; OLIVEIRA, T.; BATISTA, V. da S. Um olhar da História da Educação para a universidade medieval: a importância social e histórica dessa instituição. *Revista Diálogo Educacional*, v. 23, n. 78, p. 1290-1300, 2023. <https://doi.org/10.7213/1981-416X.23.078.AO03>

Resumo

O objeto deste artigo é a importância social e histórica da universidade medieval. Do prisma da História da Educação, analisa-se esse espaço de conhecimento, de reflexão sobre o agir humano e de produção de saberes com os seguintes objetivos principais:

^[a] Doutora em Educação, e-mail: silvanamalavasi@hotmail.com

^[b] Doutora em Educação, e-mail: teleoliv@gmail.com

^[c] Doutora em Educação, e-mail: vivi.sbatist@gmail.com

a) tecer considerações históricas sobre a universidade medieval por meio da valorização do passado e das raízes da universidade contemporânea b) abordar as relações entre professor e aluno na universidade medieval e as mudanças que as permearam. O texto contém dois subtítulos: A universidade medieval e sua função social e A universidade medieval: professores e estudantes. Quanto à revisão bibliográfica, apoiamos-nos em autores que abordaram a instituição pelo prisma da História da Educação: Guizot (1907), Ullmann (2000), Le Goff (1984; 2017), Verger (1990), De Boni (2005), Oliveira (2007; 2008), além de Tomás de Aquino (2006), um dos grandes nomes da filosofia escolástica. Considerando-se que a História é essencial à memória das civilizações, buscou-se aporte teórico-metodológico nos princípios da História Social, utilizando os conceitos de longa duração e de totalidade e obras nas quais Marc Bloch (2001) e Fernand Braudel (1992) mostram a importância da história para a construção do conhecimento intelectual, cultural e social. Enfim, considera-se que a universidade, como espaço institucional de produção do saber, deve ser objeto de debates sobre sua função social e sobre a responsabilidade dos intelectuais na formação humana, na valorização do conhecimento e na construção de rumos sociais.

Palavras-chave: Idade Média. Universidade. Conhecimento histórico. Função Social.

Abstract

The object of this article is the social and historical importance of medieval university. From the perspective of the History of Education, this space of knowledge, reflection on human action and production of knowledge is analyzed with the following main objectives: a) to make historical considerations about the medieval university by appreciating the past and the roots of the contemporary university, and b) to address the relationships between teacher and student in the medieval university and the changes that permeated them. The text contains two subtitles: The medieval university and its social function and The medieval university: teachers and students. As for the bibliographical review, we relied on authors who approached the institution from the perspective of the History of Education: Guizot (1907), Ullmann (2000), Le Goff (1984; 2017), Verger (1990), De Boni (2005), Oliveira (2007; 2008), besides Thomas Aquinas (2006), one of the great names in scholastic philosophy. Considering that history is essential to the memory of civilizations, we sought theoretical and methodological support in the principles of Social History, using the concepts of long duration and totality, and works in which Marc Bloch (2001) and Fernand Braudel (1992) show the importance of history for the construction of intellectual, cultural, and social knowledge. Finally, we consider that university, as an institutional space for knowledge production, must be the object of debates about its social function and about the responsibility of intellectuals in human education, in the valorization of knowledge, and in the construction of social directions.

Keywords: Middle Ages. University. Historical knowledge. Social Function.

Resumen

El objetivo de este artículo es la importancia social e histórica de la universidad medieval. Desde la perspectiva de la Historia de la Educación, se analiza este espacio de conocimiento, reflexión sobre la acción humana y producción de saberes con los siguientes objetivos principales: a) hacer consideraciones históricas sobre la universidad medieval valorando el pasado y las raíces de la contemporánea universidad b) abordar las relaciones entre profesor y alumno en la universidad medieval y los cambios que las permearon. El texto contiene dos subtítulos: La universidad medieval y su función social y La universidad medieval: profesores y alumnos. En cuanto a la revisión bibliográfica, nos apoyamos en autores que abordaron la institución a través del prisma de la Historia de la Educación: Guizot (1907), Ullmann (2000), Le Goff (1984; 2017), Verger (1990), De Boni (2005), Oliveira (2007; 2008), así como Tomás de Aquino (2006), uno de los grandes nombres de la filosofía escolástica. Considerando que la Historia es esencial para la memoria de las civilizaciones, se buscó un aporte teórico-metodológico en los principios de la Historia Social, utilizando los conceptos de larga duración y totalidad y trabajos en los que Marc Bloch (2001) y Fernand Braudel (1992) muestran la importancia de la historia para la construcción del conocimiento intelectual, cultural y social. Finalmente, se considera que la universidad, como espacio institucional de producción de conocimiento, debe ser objeto de debates sobre su función social y sobre la responsabilidad de los intelectuales en la formación humana, en la valorización del saber y en la construcción de los rumos sociales.

Palabras clave: Edad Media. Universidad. Conocimiento histórico. Función Social.

Introdução

Neste artigo, partimos do princípio de que a História nos ajuda a elucidar a função social da educação e das instituições de ensino, especialmente da universidade. Apoiados nos conceitos de longa duração e de totalidade, definimos como objetivo geral refletir sobre o agir humano e a produção dos saberes no âmbito da universidade medieval, bem como sobre a importância social e histórica dessa instituição, o que, de certa maneira, permite-nos pensar também na realidade educacional contemporânea. Para tanto, elencamos como objetivos específicos: a) tecer considerações históricas sobre a universidade medieval por meio da valorização do passado, já que aí deita raízes a universidade contemporânea; b) compreender as relações entre professor e aluno na universidade medieval e as mudanças que as permearam. Considerando esses objetivos, organizamos o texto em dois subtítulos: A universidade medieval e sua função social e universidade medieval: professores e estudantes.

Um aspecto considerado na análise é o compromisso das universidades com o desenvolvimento intelectual, social, cultural e político das pessoas. Esse compromisso se estabelece por meio dos laços sociais que vão sendo construídos como resultado das demandas sociais e repercutem positiva ou negativamente no desenvolvimento do todo social. Com essa reflexão, aproximamo-nos das ideias de Guizot (1907), que, referindo-se às civilizações e ao progresso da humanidade, afirmava que a sociedade é formada pelos homens em suas relações sociais.

Se a sociedade existe por força dos homens e de suas relações, a educação torna-se grande influenciadora tanto da ordem social quanto dos papéis nela desempenhados. Por isso, em termos gerais, cabe a reflexão acerca da função social das instituições de ensino e, em termos específicos, da universidade medieval.

São vários os autores que estudam a Idade Média e descrevem as origens dessa instituição em sua relação com os propósitos da sociedade de então, ou melhor, com as necessidades daqueles homens. Buscar as origens de nossas instituições parece um bom caminho para se compreender a contemporaneidade, bem como suas crises de cunho educacional, social, cultural e político.

Na apresentação da obra *A universidade medieval*, de autoria de Ullmann (2000), De Boni (1994, p. 13) afirma: “[...] Pesquisar a Idade Média é, de certo modo, trabalhar no cartório onde se encontra a certidão de nascimento do Ocidente, ou, usando uma imagem mais adequada, é rever a adolescência de nossa civilização ocidental”. Por meio de uma metáfora, o autor relata que devemos buscar em nossas raízes, ou seja, no passado da humanidade, a lição para compreender o presente.

A pesquisa que deu origem a este artigo é de natureza bibliográfica, posto que foi baseada na leitura e no entendimento de artigos científicos, teses e livros de pensadores, tanto atuais como antigos, os quais discutem a temática ou nos oferecem apoio teórico-metodológico para a análise.

Por compreender a relevância dos aspectos históricos, fundamentamo-nos nos princípios teórico-metodológicos da História Social, especialmente no conceito de longa duração. Com base nesses princípios, apresentados nas obras *Apologia da História, ou, ofício do historiador*, de Marc Bloch (1889-1944), e nos *Escritos sobre a História*, de Fernand Braudel (1902-1985), pudemos analisar o recorte temático, e mesmo temporal, de uma perspectiva social e histórica. Isso implica refletir sobre o surgimento das universidades em sua essência e observar as condições e as transformações sofridas por essa instituição ao longo do tempo. Para nossa reflexão, além desses autores, contamos também com Guizot (1907), Le Goff (1984), Verger (1990), De Boni (1994), Ullmann (2000), Oliveira (2008), entre outros. Por exemplo, Reale (2004), afirma que Tomás de Aquino

[...] anuncia que vai falar do ser humano, não mais à medida que este é obra do poder divino. [...] vai tratar do ser humano não enquanto saído pronto das mãos de Deus, mas à medida que é também capaz de se fazer e de fazer o seu mundo, de escolher o que ele quer e fazer ser. Isso o ser humano pode, porque é dotado de intelecto, de decisão livre e de autodomínio. [...]. Na sua própria escala, ele se faz e faz o seu mundo (REALE, 2004, p. 268).

Essa ideia de que o homem constrói a si e ao mundo em seu processo de conhecimento orienta a reflexão sobre a universidade e a relação do mestre com o aluno. Assim, conforme o referencial teórico, os períodos históricos não evoluem homogeneamente: são permeados por rupturas e descontinuidades, sobretudo no que se refere às problemáticas e às demandas sociais, políticas, culturais e educacionais. Por isso, procuramos abordar o objeto considerando as relações sociais em seu tempo.

Tendo em vista os objetivos descritos, o texto está organizado em duas breves seções, seguidas das considerações finais. Adianta-se que as reflexões a respeito da universidade na medievalidade, as quais, de certa forma, levam-nos a pensar também na contemporaneidade, não têm como objetivo avaliar ou julgar a realidade atual com o parâmetro dos conceitos medievais (ou vice-versa), o que seria um anacronismo, mas sim observar as transformações que ocorreram ao longo do tempo e influenciaram o modelo universitário que conhecemos hoje. Desse modo, a primeira seção é dedicada à memória e à importância histórica da universidade medieval; a segunda, por seu turno, é dedicada à construção dos saberes nessa instituição e a algumas das características da relação entre mestres e alunos medievais, o que nos permitiu fazer algumas considerações a respeito de alguns aspectos da educação atual.

A Universidade Medieval e sua Função Social

Principiemos pelo sentido etimológico da palavra “universidade”. De acordo com a Grande Enciclopédia Larousse Cultura (1998, p. 11113), a palavra, derivada do Latim, *universitas*, associa-se ao termo “universo”: “[...] universalidade, conjunto, totalidade, comunidade, corporação”. Desse modo, ao pensarmos em “universidade” deparamo-nos com a ideia de “total”, de “todo”. Pieper (1963) assim se refere a essa instituição:

De fato, por mais que em sua realidade concreta nossas universidades se diferenciem das escolas superiores da cristandade medieval (e nem se podia esperar outra coisa), mesmo assim elas realizam a mesma concepção fundamental que se exprime sob o nome de *universitas*: uma instituição que, de modo específico e singular, está relacionada com a totalidade do real, com o mundo como um todo. De resto, as escolas de Paris, Oxford, Pádua etc. - que desde o princípio do século XIII começaram a se chamar universidades - não se concebiam, de modo algum, como algo simplesmente novo, mas como herdeiras e continuadoras da escola do bosque de Academos, que o patriarca de todo o filosofar ocidental, Platão, fundara em Atenas um milênio e meio antes (PIEPER, p. 2, 1963).

Para Pieper (1963), o conceito de universidade relaciona-se diretamente com a noção de totalidade, traço que Le Goff e Schmitt (2017) entenderam como herdado e mantido pela instituição ao longo do tempo. No *Dicionário Analítico do Ocidente Medieval* esses autores assim a definem:

A universidade é uma das grandes criações da Idade Média. Configura-se como uma instituição de tipo corporativo ligada ao processo urbano e destinada ao que denominamos atualmente ensino superior. Ela evoluiu até os dias de hoje conservando importantes traços de sua origem medieval (LE GOFF, SCHMITT, 2017, p. 639).

A partir do contributo desses autores, evidencia-se que o radical, o sentido e a essência semântica da palavra “universidade” dão indícios da importância dessa instituição. Oliveira (2007) elucida que a universidade tem raízes na Idade Média, surgindo em resposta às necessidades dos homens medievais, bem como às exigências inerentes às transformações socioculturais próprias da época. Anísio Teixeira (1968) corrobora essa visão, sobretudo ao afirmar que, surgida em meados dos séculos XI e XII, a universidade medieval unificou a cultura ocidental:

A instituição universitária é realmente medieval. Foi na Idade Média que ela de fato realizou a verdadeira unificação da cultura chamada ocidental. A cultura da Europa foi unificada por essa universidade medieval que

surgiu nas alturas dos séculos XI e XII, e que elaborou realmente um trabalho extraordinário de unificação intelectual do pensamento humano naquela época (TEIXEIRA, 1968, p. 21).

O pensamento intelectual, na perspectiva da universidade medieval, relacionava-se ao bem comum, ao processo de desenvolvimento da sociedade; portanto, não podemos deixar de relatar que essas instituições representavam os valores e o desenvolvimento da civilização. Estudar a importância das universidades na Idade Média é “[...] compreender o presente pelo passado e, correlativamente, compreender o passado pelo presente” (BLOCH, 2001, p. 25). Ou seja, embora se reconheça que são outros homens, outro tempo, entende-se que, em uma perspectiva de longa duração, esse conhecimento histórico é fundamental para a história da Educação. Sobre o tempo, Braudel (1992, p. 54) ensina-nos que “[...] cada atualidade reúne movimentos de origem, de ritmos diferentes: o tempo de hoje data, ao mesmo tempo, de ontem, de anteontem, de outrora”. Por isso, é importante que tenhamos consciência de que as mudanças sociais acontecem porque são motivadas pelas ações humanas, sendo, conforme o modelo de organização social adotado em dado período histórico, preservadas ou não pelas gerações seguintes. Isto é, a longa duração permite-nos correlacionar essas ações e seus desdobramentos ao longo do tempo.

Com base nesses autores, consideramos que, embora o passado não possibilite soluções para o presente, ajuda-nos a entender os problemas atuais e refletir sobre eles. Ao conhecer o passado, o motor das transformações que hoje vivenciamos, encontramos também elementos para analisar nossa realidade de uma perspectiva que ultrapassa o senso comum. Nessa reflexão, não podemos nos restringir à História da Educação no Brasil, mas devemos observar o contexto como um todo, como um *continuum fluente*, no qual se encontram as origens das instituições.

Estudar a Idade Média não é fazer arqueologia, nem visitar um museu, mas é sentir o palpitar da modernidade no próprio coração desse período quase paradoxal. Com efeito, a fecunda gestação do futuro. A história representa um **continuum fluente**, um processo perene, estimulado pelo desejo humano de ulterioridade [...]. Em tal sentido, a Idade Média é um dos momentos, não-fechados, não exatamente fixáveis, do curso histórico, cujo contributo para educação da humanidade ninguém pode negar (ULLMANN, 2000, p. 421-422, grifo nosso).

Com essas palavras, o autor permite pensar no valor das contribuições que a Idade Média proporcionou para a modernidade: é lá que deitam nossas raízes. Embora estejamos antecipando uma abordagem a ser feita na segunda parte, vale lembrar que recuperar a memória da universidade medieval pode contribuir para a reflexão sobre aspectos observados na instituição na contemporaneidade.

Segundo Verger (1990), a universidade foi arquitetada e reconhecida a partir do século XII pelo trabalho dos copistas e tradutores, responsáveis pela preservação greco-cristã na formação de clérigos e magistrados. Para conseguir sua autonomia, as universidades enfrentaram algumas adversidades, especialmente com os clérigos, que, segundo Azevedo (1990), ficaram temerosos com a presença dos homens de saber e dos estudantes universitários, pois as relações entre os mestres e os alunos provocaram uma mudança na mentalidade da época, de modo que a Igreja já não podia explicar as demandas dos homens medievais somente por intermédio da fé.

As mudanças sociais ocorridas no Ocidente medieval, a exemplo das relacionadas ao desenvolvimento das cidades e ao renascimento comercial, repercutiram no movimento das universidades, bem como no ensino e na pesquisa nelas desenvolvidos. Oliveira (2008) refere-se a dois acontecimentos significantes nesse processo.

O primeiro decorre da entrada dos frades mendicantes como professores na universidade. O segundo, em virtude da ampla divulgação de obras aristotélicas no interior das pesquisas e do ensino (a proliferação de escritos, especialmente as Sumas expressam a influência do pensamento aristotélico) universitário (OLIVEIRA, 2008, p. 166).

Ainda de acordo com a autora, é possível compreender que o embate entre as forças religiosas provocou uma divisão entre os mestres parisienses. Enquanto os mestres conservadores da Igreja seguiam a “teoria”

agostiniana, outros seguiam as ideias do filósofo Aristóteles. Tomás de Aquino, por sua vez, propôs uma relação entre os saberes sagrados e o conhecimento aristotélico, ou seja, uma junção das duas teorias, agostiniana e aristotélica, e a associação entre fé e razão para que se chegasse ao conhecimento. Nesse caso, a fé seria compreendida pelas sagradas escrituras e a razão, pelos saberes filosóficos.

Para Oliveira (2008, p. 167), a proposta tomasiana “[...] era bastante democrática porque considerava que o conhecimento como todo era válido e era este todo que permitia compreender os homens na sua totalidade, ou seja, material e espiritual”. Nessa direção, a universidade do século XIII teve um papel fundamental na constituição da civilização ocidental medieval. Ao propor uma doutrina educacional baseada no aspecto humano da realidade, Tomás de Aquino formulou um entendimento do homem em sua totalidade e, unindo os saberes da Filosofia, da Teologia, da Educação, opôs-se à visão fragmentada do conhecimento.

Em *Questões Disputadas sobre a Verdade*, especialmente na Questão 47, traduzida no Brasil com título de *Sobre o Ensino (De magistro)*, está exposta a concepção tomasiana de ensino e de aprendizagem. Por exemplo, no Artigo I, *Se o homem – ou somente Deus – pode ensinar e ser chamado mestre*, o filósofo explicou o papel do professor:

[...] o professor deve conduzir o aluno ao conhecimento do que ignorava, seguindo o caminho trilhado por alguém que chega por si mesmo à descoberta do que não conhecia. [...], o processo pelo qual a razão chega ao conhecimento mediante a *descoberta* de coisas desconhecidas consiste em ampliar princípios gerais evidentes a determinadas matérias e daí chegar a algumas conclusões particulares, e destas, por sua vez, chegar a outras etc. E é por isso que se diz que o professor ensina o aluno: porque este processo da razão do aluno - por meio do que lhe é proposto como instrumentos de ajuda - atinge o conhecimento que ignorava (TOMÁS DE AQUINO, 2006, p. 32).

De sua perspectiva, o homem, Deus e a natureza só poderiam ser compreendidos a partir dos princípios da Escolástica. Ou seja, o processo racional e espiritual para a descoberta do novo e, ao mesmo tempo, para a expansão dessas descobertas, se daria pela aproximação entre a fé e a razão. Assim, razão e fé deveriam mediar o conhecimento e as relações que o permitiam, evidenciando que o “[...] homem é verdadeiro professor, que ensina a verdade e que ilumina a mente, não porque infunde a razão em outro, mas como que ajudando essa luz da razão para a perfeição do conhecimento, por meio daquilo que propõe exteriormente [...] (TOMÁS DE AQUINO, 2006, p. 35).

As obras de Tomás de Aquino são destacadas como exemplo porque apresentam o ser humano como junção de espírito e matéria. Com essa formulação, Tomás de Aquino estaria respondendo a problemáticas vivenciadas no século XIII, as quais demandavam as “iluminações” /mediações dos intelectuais, dos homens de saber daquela sociedade.

Depreende-se que está implícito nessa concepção que o docente deve auxiliar o aluno a não considerar os conhecimentos apreendidos como únicos e inquestionáveis, ou seja, deve ensinar e permitir que o aluno pense e reflita por si, que busque soluções que, com foco na totalidade e no bem comum, contribuam para melhorar a sociedade. Ou seja, mesmo sendo dirigido pelo professor, o aluno deve ser visto e tratado como ser pensante, capaz de aprender por si:

E é por isto que se diz que o professor ensina o aluno: porque este processo da razão – que a razão natural faz em si – é proposto de fora pelo professor por meio de sinais, e assim a razão do aluno – por meio do que lhe é proposto como certos instrumentos de ajuda – atinge o conhecimento do que ignorava. E do mesmo modo como se diz que o médico causa a saúde no doente pela atuação da natureza, também se diz que o professor causa o conhecimento no aluno como atividade da razão natural do aluno. E é nesse sentido que se diz que um homem ensina a outro se chama mestre (TOMÁS DE AQUINO, 2006, p. 32).

Esses princípios tomasianos perpassaram os debates, os escritos e as teorias medievais, e, assim, colaboraram para a construção do conhecimento em torno da função social do mestre e do discípulo, bem como do ato de ensinar como iluminação. Logo, na perspectiva tomasiana, “Ensinar é iluminar”, mediar no caminho do saber. Contudo, o movimento renascentista apresentou novos contornos para a universidade, de modo que a organização anterior, chocando-se com outras configurações e propósitos, entrou em decadência. Conforme Veras; Lemos e Macedo (2015, p. 624-625), o “[...] modelo escolástico, vigente até o momento, se enfraqueceu e, [...] começava a ser alterado, gestando uma mudança na educação naquela época [...]”. Assim, as discussões de cunho religioso foram perdendo espaço para o pensar filosófico, repercutindo nas relações políticas, econômicas e sociais da época. As demandas geradas pelo desenvolvimento nos campos comercial e marítimo descaracterizaram gradativamente a universidade medieval, “[...]que começou a abarcar as ciências e o humanismo (responsável por legitimar o homem como centro das discussões filosóficas”. Nos séculos seguintes, predominaria uma visão mais renascentista e humanista da realidade.

Com o decorrer dos tempos, antes mesmo de terminada a Idade Média, a instituição entra em decadência, cristaliza-se nas formas de um saber ultrapassado e não compreende o espírito criador dos tempos modernos representado pelo Renascimento, o Humanismo e a nova ciência experimental que desponta nos séculos XVI e XVII (SUCUPIRA, 1972, p. 4).

As mudanças sociais e o avanço científico experimental dos séculos XVI e XVII levaram a sociedade ao patamar de “homens modernos”. Ao longo dos anos, as transformações repercutiram no modelo social, na formação humana e na organização da educação daquele momento histórico, deixando elementos que influenciaram também o modo de pensar, de aprender, de ensinar e de compreender o mundo na atualidade:

A reflexão sobre essa transição de modelos universitários induz-nos a pensar no sistema educacional em si e nas diferentes reformas que ocorreram desde então. Hoje, diante do reconhecimento da necessidade de um sistema educacional que priorize a perspectiva histórico-social e a totalidade, é interessante analisar os princípios de Tomás de Aquino. Oliveira (2008) ressalta:

Decorridos oito séculos entre os embates universitários parisienses e os da educação brasileira contemporânea, acreditamos sinceramente na urgência de se retomar essa perspectiva democrática e totalizante da experiência e dos escritos tomasianos, não para tomá-los como verdades, como narrativas, mas como exemplos que podem nos ensinar algo: a sensibilidade do ser humano espírito e matéria, tão necessário ao historiador e ao historiador da educação na atualidade (OLIVEIRA, 2008, p. 167).

A autora explica que, com a retomada dos escritos clássicos, temos melhores condições para pensar nossas ações e nosso tempo. Nosso olhar para o passado é um exercício em busca de ideias, reflexões, perguntas e respostas que nos ajudem a compreender o presente. É, antes de tudo, uma provocação para pensarmos nossa realidade como resultado de desdobramentos sócio-históricos, algo que não nos é dado pronto e acabado e sim construído pelas ações humanas passadas, presentes e futuras, sendo, portanto, passível de constantes mudanças e transformações mediadas pelo e para o ser humano. Nessa busca de nossas raízes, bem como na retomada da tradição na acepção de herança cultural, da transmissão de técnicas de uma geração para outra, compreendemos que

[...] a universidade foi o primeiro espaço de **saber universalizante** que o Ocidente construiu nos últimos dois mil anos. Universalizante no que diz respeito ao conhecimento e no que respeita a integração das pessoas. Também esse espaço delineou nossas identidades sociais e científicas. Por meio da sua memória poderemos, quiçá, nos aconselharmos sobre o futuro. Afinal ela pode orientar nosso caminhar e agir (OLIVEIRA, 2007, p. 129, grifos da autora).

Nessa passagem, a autora destaca a universidade como o primeiro lugar do saber universalizante do Ocidente, evidenciando a importância desse espaço para as identidades sociais e científicas, desde sua origem até os dias atuais. Conhecer a história da universidade é conhecer o desenvolvimento da sociedade. O fato é que a universidade é parte da história do Ocidente e continuará integrando a história, o que implica que não podemos nos descuidar de sua importância e de seu impacto social no desenvolvimento dos homens e das instituições sociais.

Universidade medieval: professores e estudantes

Para compreender a importância da universidade medieval é preciso abordar algumas características de seu público: alunos e professores. Centrando-nos na questão do corpo docente e discente no interior da academia, que deveria ser um espaço de socialização do conhecimento e de universalização do saber, recorreremos à obra *A Universidade Medieval*, de autoria de Reinhold Aloysio Ullmann (2000), que explica como era a entrada dos alunos na universidade medieval:

Não havia pré-requisito algum para ingresso na *universitas*, nem ao menos era exigida a conclusão de algum curso anterior. Entre os doze e os quinze anos, o jovem podia ser admitido no *studium*. As indicações relativas à idade são um tanto imprecisas e variáveis. Nem existiam períodos fixos para o início dos estudos: “Qualquer dia do ano era adequado”. [...] Havia dois critérios de admissão: ser batizado e dar prova de conduta moral, que abrangia uma prova de legitimidade de nascimento, amiúde aceita simplesmente por afirmação do candidato (ULLMANN, 2000, p. 191-192).

Nessa passagem, o autor deixa evidente que, para o ingresso na universidade medieval, não havia provas de conhecimento nem datas específicas para o início dos estudos. Bastava que a pessoa fosse batizada e passasse pela prova de conduta moral.

Le Goff (1984) afirma que as universidades não se restringiam ao ensino superior: eram responsáveis também pelo ensino primário e secundário. Ou seja, as universidades eram responsáveis por ensinar a ler, escrever e contar, atividades que faziam parte do *studium*, traduzido livremente do latim como “a arte de estudar”. Geralmente, as aulas eram ministradas em conventos, mosteiros e igrejas, de modo que a única “exigência” era que o aluno tivesse ligação direta com o mestre. Segundo Ullmann (2000), essa relação promoveu o que ficou conhecido como *schola* ou *familia* do professor. Este era responsável pela formação de seus alunos, independentemente da origem: a condição era que tivessem conhecimentos básicos da língua latina ou buscassem aulas particulares para conseguir acompanhar as discussões. O mesmo autor afirma que o trabalho intelectual, tanto dos professores quanto dos alunos, era intenso e exigia dedicação simultânea de ambos.

Outro aspecto relevante para a reflexão sobre a educação na Idade Média é o da desistência dos alunos, o que, segundo Ullmann (2000), era comum na Idade Média. Para muitos, as *artes liberais* eram suficientes, seja porque não se preocupavam com títulos acadêmicos seja porque, por motivos financeiros, não tinham condições de se manter nas universidades.

Quanto aos salários, de acordo com Ullmann (2000), no início, os professores viviam de benefícios eclesiásticos. Em Bolonha, especificamente, a comuna e os alunos pagavam os professores de acordo com o curso frequentado. Na Idade Média, os mestres tinham uma vida modesta, principalmente os da faculdade de artes, e, às vezes, precisavam empenhar seus livros para poderem sobreviver. Apesar das indicações de Ullmann (2000) de que a produção dos saberes no âmbito da universidade medieval não estava ligada diretamente à riqueza material e sim aos valores religiosos, ao domínio dos saberes e às virtudes, presumimos que as condições financeiras dos mestres e dos alunos influenciavam a vida cotidiana e, conseqüentemente, o ensino e a aprendizagem.

Por volta do final do século XIII, os professores começaram a alugar casas para ministrar suas aulas. Conforme os registros, isso ocorreu em Paris, na famosa Rua dos Filósofos, usualmente chamada de *Rue de Fouarre*, que, em

tradução livre para o português, quer dizer “Rua de Palha”, porque, como não existiam cadeiras para os alunos, somente uma para o mestre, aqueles sentavam-se na palha ou no feno (ULLMANN, 2000).

A relação entre o mestre e o aluno foi se transformando ao longo dos anos, de modo que, no fim do medievo, as mudanças sociais ocasionaram uma cisão entre eles, a qual repercutiu não apenas na hierarquia, mas também no rebuscamento da linguagem:

[...] os professores fazem questão de serem chamados *dominus* (senhor professor). Outra relação mestre-estudante, é que as aulas, ministradas, agora, do alto das cátedras, antes parecem discursos de efeito retórico, lavrados em linguagem escorreita, do que *lectiones* dos tempos transatos. Esse modo de exposição, sabendo a classicismo renascentista, contrastava com a simplicidade de estilo dos grandes doutores, como Alberto Magno e Tomás de Aquino, mais preocupados com a transmissão clara das ideias do que com a roupagem literária (ULLMANN, 2000, p. 216).

Assim, o autor indica uma ruptura na relação harmoniosa entre quem ensinava e quem aprendia. Aparentemente, os mestres passaram a exigir para si uma posição social em relação aos alunos, revelando tanto a existência de um distanciamento social como um distanciamento de ideias, já que o discurso se tornou mais “rebuscado”, dificultando o entendimento pelos alunos.

O fato de as aulas serem ministradas nas cátedras, indicando o uso de uma retórica mais complexa e um caráter hierárquico que colocava a figura do professor como superior ao aluno, contradizia a tradição de Alberto Magno (1193/1206 - 1280) e de seu discípulo Tomás de Aquino, os quais defendiam uma simplicidade de estilo e de ideias e a busca do conhecimento em sua totalidade. Ullmann (2000) aborda o nepotismo que perpassou o ensino:

Um dos males que afetaram as universidades-menos no Norte do que na Europa meridional- foi a constituição de “feudos”, por parte dos professores. Durante certo tempo, na Universidade de Pádua, por exemplo, instalou-se uma verdadeira hereditariedade de cátedra. Não foi diferente em Avinhão. Aos pais sucediam os filhos na docência; dos tios passava a cátedra para os sobrinhos, sem necessidade de pagarem as onerosas taxas de exames. De tal nepotismo só podia resultar a queda do nível de ensino. Para esse declínio, muito também contribuiu o fato de professores renomados terem abandonado a docência, a fim de se dedicarem a misteres burocráticos e à política, de que auferiam maiores rendimentos (ULLMANN, 2000, p. 217).

Com isso, o ensino nas universidades do medievo foi gradativamente se descaracterizando, surgindo a necessidade de criação de um modelo que permitisse o conhecimento pelo ensino. Difundia-se a compreensão de que a natureza humana é racional e que é na mediação com o outro que as potências humanas são exploradas e atingidas.

Assim, pensando na atualidade, quando falamos em conhecimento pelo ensino, entendemos que se trata de um processo racional. De um lado, para ser desenvolvido, necessita de estímulos e da mediação do outro, caso em que o professor é peça-chave para que o aluno alcance o conhecimento. De outro lado, considera-se que o aluno tem conhecimentos prévios, que precisam ser lapidados, complementados, transformados ou questionados pela mediação e experiência docente. Para a transformação desse conhecimento prévio em um ato de virtude, a ação deve ser realizada por ambos.

Tomás de Aquino (2006, p. 41-42) destacou a responsabilidade e a consciência do professor a respeito do papel social que desempenhava: o “[...] ensino pressupõe um perfeito ato de conhecimento no professor; daí que seja necessário que o mestre ou quem ensina possua de modo explícito e perfeito o conhecimento cuja aquisição quer causar no aluno pelo ensino”. Com base nele, reafirmamos que o ato de ensinar implica uma continuação, uma identificação e uma preocupação para com a formação do outro.

Diante do exposto e com base nos pensamentos tomasianos, compreendemos que a universidade era um espaço propício para que o aluno se encaminhasse para concepções universais. Nesse espaço, os homens do saber

refletiam sobre as inquietações e as questões de seu tempo, configurando-se como intelectuais, dedicados a ensinar e a discutir questões relacionadas a conflitos de diversas naturezas, correspondentes às demandas do período.

Considerações finais

Nestas considerações, apontamos, inicialmente, a importância da proposta de Tomás de Aquino para a reflexão sobre um ensino que agregue a busca das tradições, da totalidade, da emancipação do homem, da junção do espírito com a matéria. Ao fazê-lo, não estamos defendendo sua teoria como a única ou a mais adequada à atualidade e, sim, fazendo reflexões sobre seus exemplos. Como a pesquisa no campo da História da Educação nos faz refletir, entender, ou ao menos questionar a problemática humana, consideramos que retomar os ensinamentos tomasianos é mais um exercício do pensar do que uma solução pronta.

Nesse exercício, ponderamos que, apesar de serem inúmeras as correntes e teorias pedagógicas, o professor deve ser considerado como exemplo de luz (conhecimento) para os alunos. A ele cabe conduzir o aluno ao conhecimento, e por um viés que, conjugando teoria e prática, reconheça o ato de ensinar como ato de vida ativa.

Com base em todos os aspectos discutidos, defendemos a importância do conhecimento histórico para a construção e a difusão dos saberes intelectual, cultural e social. Atuar em prol do bem comum, do desenvolvimento do todo e da formação humana é função social da instituição universitária. Os debates a respeito desse espaço institucional de produção do saber devem se concentrar em sua função social, bem como na responsabilidade dos intelectuais com a formação humana, a valorização do conhecimento e os rumos sociais.

No caso específico, a pesquisa levou-nos a observar que, ao longo da história, a universidade medieval desempenhou uma função social e, nesse exercício, consolidou-se como espaço de produção do conhecimento intelectual com vistas ao bem comum.

Os princípios teóricos da História Social, especialmente o de longa duração, levaram-nos a entender que são as universidades que podem e devem produzir “luz” para o movimento das transformações sociais. A nosso ver, esse é o desafio posto à universidade, sobre a qual recai o dever de ensinar para iluminar os caminhos seguros do progresso da sociedade, cujos participantes precisam pôr-se em condições de aprender para então ser capazes de trilhar com êxito esses caminhos.

A observação dos problemas da nossa realidade motivou-nos a estudar escritos medievais, nos quais encontramos lógica, bom senso, temperança, equilíbrio, humanidade, ou seja, princípios que poderiam pautar nossa ação hoje. É inegável a importância do conhecimento histórico para a construção dos saberes, tanto os referentes ao conhecimento historicamente acumulado pela humanidade, ensinado de modo sistematizado pelas escolas e academias, quanto os referentes a questões éticas e morais, essenciais para a vida em sociedade.

Recorrer aos estudiosos do passado foi fundamental para a compreensão e o desenvolvimento de nossa percepção do humano, pois é no passado que estão as nossas raízes. A compreensão do passado nos dá melhores condições para significar ou ressignificar o presente e, do mesmo modo, pensar o futuro. A universidade é um espaço propício para a reflexão sobre os conceitos, os saberes sociais, e para produzir o conhecimento necessário ao avanço intelectual, cultural e social. É importante que essa instituição identifique sua função social e difunda conhecimento na sociedade, tendo em vista não apenas os aspectos do desenvolvimento social e econômico, mas, sobretudo, aqueles que conferem humanidade e condições de pensar sobre esse desenvolvimento para além dos interesses individuais.

Referências

TOMÁS DE AQUINO, Tomás De. *Sobre o Ensino (De Magistro)*: os sete pecados capitais. São Paulo: Martim Fontes, 2006.

- AZEVEDO, Antônio Carlos do Amaral. *Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- BLOCH, March. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- DE BONI, Luis Alberto. *Filosofia medieval: textos*. 2a ed., rev., ampl. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994. 431 p.
- BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- GUIZOT, François. *História da civilização na Europa*. 4. ed. Lisboa: Parceria Antônio Maria, 1907.
- GRANDE Enciclopédia Larousse Cultural. São Paulo: Nova Cultural, 1998.
- LE GOFF, Jacques. *Os intelectuais na Idade Média*. 2. ed. Lisboa, 1984.
- LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário analítico do Ocidente medieval*. São Paulo: Unesp, 2017.
- OLIVEIRA, Terezinha. Origem e memória das universidades medievais: a preservação de uma instituição educacional. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 23, n. 37, p. 113-129, 2007.
- OLIVEIRA, Terezinha. Considerações sobre os estudos de história da educação na antiguidade e medievo: fontes e história. *Roteiro*, Joaçaba, v. 33, n. 02, p. 163-180, jul./dez. 2008.
- PIEPER, Joseph. Abertura para o Todo: a Chance da Universidade. Tradução de Gilda N. M. de Barros e L. Jean Lauand. 1963. p. 09-20. In: LAUAND, Jean; CASTRO ROBERTO, C. G. (org.). *Josef Pieper – 25 textos no Cemoroc*. São Paulo: Cemoroc, 2022. Disponível em: <https://bitly.com/72Q3Nv>. Acesso em: 09 mar. 2023.
- REALE, Giovanni. *História da filosofia Antiga*. Traduzido por Henrique Lima Vaz e Marcelo Perine. São Paulo: Loyola, 1994. v. II.
- SUCUPIRA, Newton. A condição atual da universidade e a reforma universitária brasileira. In: Encontro de Reitores das Universidades Públicas, 1. *Anais [...]*, Brasília, ago. 1972.
- TEIXEIRA, Anísio. Uma perspectiva da educação superior no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 50, n. 111, p. 21-82, jul./set. 1968.
- ULLMANN, Reinholdo Aloysio. *A universidade medieval*. Porto Alegre: Edipucrs, 2000.
- VERGER, Jacques. *As universidades medievais na Idade Média*. São Paulo: UNESP, 1990.
- VERAS, Renata Meira; LEMOS, Denise Vieira da Silva; MACEDO, Brian Teles Fonseca. A trajetória da criação dos bacharelados interdisciplinares na Universidade Federal da Bahia. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, v. 20, n. 3, 2015.

RECEBIDO: 07/11/2022
APROVADO: 22/03/2023

RECEIVED: 07/11/2022
APPROVED: 22/03/2023